



NEWSLETTER Nº 31, DEZEMBRO 2008



Contactos:

Escola Superior de Gestão de Santarém

tel/fax 243 322427

E-mail europedirect@esg.ipsantarem.pt

Sítio Web <http://europedirect.esgs.pt>



<http://ec.europa.eu/europedirect>

Tem perguntas sobre a Europa?

☎ Ligue para o número verde a partir de qualquer lugar da UE
0080067891011

① Visite o Centro de Informação EUROPE DIRECT para esclarecer dúvidas e obter documentação

@ Envie uma mensagem por correio electrónico

EDITORIAL

O relançamento da economia europeia e enfrentar os desafios da crise económica e financeira têm estado no topo das prioridades da Comissão Europeia. O resultado desta preocupação foi a publicação de um documento intitulado "Plano de Relançamento a favor do crescimento e do emprego", que coloca as principais linhas de acção da Europa na recuperação económica, no cumprimento dos objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego e as concilia com o desenvolvimento sustentável, no respeito pelas questões ambientais.

Aproxima-se o Conselho Europeu de 11 e 12 de Dezembro, onde o Plano será colocado para aprovação pelos Chefes de Estado e de Governo dos 27.

Outra questão que estará na agenda do próximo Conselho Europeu será o Tratado de Lisboa, depois do Primeiro Ministro Irlandês ter apresentado no Conselho de Outubro, a sua análise dos resultados do referendo no seu país,

que colocou a Europa num impasse. Prevê-se que no Conselho Europeu de Dezembro a questão seja novamente examinada e seja definida uma abordagem a seguir em 2009.

Importa referir que, a 26 de Novembro, o Tribunal Constitucional Checo abriu caminho para a ratificação do Tratado, pronunciando-se favoravelmente sobre a compatibilidade do texto com a ordem constitucional checa.

Já na Suécia, o tratado foi aprovado após um período de consulta em que participaram autoridades nacionais e organizações da sociedade civil. A luz verde definitiva foi dada pelo Riksdag, o órgão responsável pela adopção de leis na Suécia.

Dos 27 Estados-membros 25 aprovaram já o Tratado de Lisboa.

Caberá à República Checa, no primeiro semestre de 2009, assumir a Presidência da União Europeia, seguindo-se, no segundo semestre a Suécia.

PÁGINA A PÁGINA

BREVES

Pag 2

UE ECONOMIA

Pag 3

UE E ASSUNTOS SOCIAIS

Pag 5

UE E AGRICULTURA

Pag 5

EU E ALARGAMENTO

Pag 6

UE e Oportunidades de Financiamento / Parcerias >>>>>>>

Pag 6

CELEBRAÇÃO DOS 50 ANOS DA COMISSÃO EUROPEIA E DO 120º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DE JEAN MONNET

No dia 7 de Novembro foi organizada uma cerimónia comemorativa dos 50 anos da Comissão Europeia e do 120º aniversário do nascimento de Jean Monnet. A sala de reuniões do Colégio dos Comissários terá doravante o

nome de Jean Monnet. O Presidente da Comissão, Durão Barroso, declarou: “Através de Jean Monnet, quero saudar também a memória dos pais fundadores da Comissão Europeia. Hoje ainda, na elaboração das respostas

européias à crise económica, a Comissão pode apoiar-se no património político e institucional legado pelos seus predecessores”.

RELATÓRIO DO OBSERVATÓRIO EUROPEU DA DROGA CONFIRMA NECESSIDADE DE MOBILIZAR A SOCIEDADE CIVIL

O relatório anual do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência sobre a situação do fenómeno da droga na Europa em 2008, publicado em Novembro,

em Bruxelas, confirma a necessidade de mobilizar a sociedade civil no âmbito de uma Aliança Europeia contra a Droga. O último relatório anual do Observató-

rio mostra que o consumo de droga na Europa está a estabilizar ao passo que têm vindo a aumentar mortes relacionadas com as drogas.

COMISSÃO ACTUALIZA LISTA NEGRA DAS COMPANHIAS AÉREAS PROIBIDAS DE OPERAREM NA UE

A Comissão adoptou a nona versão da “lista negra” das companhias aéreas proibidas de operar nos países da UE por motivos de segurança. Para além das restrições existentes, a Comissão impôs uma proibição

total de exploração à Companhia do Camboja Siem Reap Airways International. Alargou igualmente a proibição de que é alvo a TAAG Angola Airlines a todas as companhias aéreas certificadas em Angola por causa de proble-

mas de segurança graves suscitados num relatório de auditoria de 1 de Outubro de 2008, que estão por solucionar e prejudicam a segurança das actividades de todas as transportadoras aéreas angolanas.

FUNDO EUROPEU PARA A INTEGRAÇÃO DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS—ADOPTADO O PROGRAMA PARA PORTUGAL

A Comissão acaba de adoptar o programa plurianual de Portugal para o Fundo Europeu de Integração de Nacionais de Países Tercei-

ros 2007-2013, num montante de 20,3 milhões de euros (dos quais 15,2 milhões a título de contribuição comunitária), juntamente

com a execução do Programa Anual de 2007.

CANDIDATURA DE GUIMARÃES A CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

O painel de selecção nomeado para avaliar as candidaturas a capitais europeias da cultura em 2012 reuniu-se a 5 de Novembro, em Bruxelas. As duas cidades candidatas, Guimarães por Portugal, e Maribor, pela Eslovénia, apresentaram as suas candidatu-

ras ao título em 2012. O painel de selecção irá agora redigir um relatório sobre estas duas candidaturas, que será publicado pela Comissão daqui a umas semanas. Este relatório será depois enviado ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité das

Regiões. Os ministros da Cultura deverão tomar a decisão final sobre quais serão as cidades capitais da cultura em 2012, durante a Presidência da República Checa, que terá lugar no primeiro semestre de 2009.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTUGAL 2007-2013

O Comité de Desenvolvimento Rural (composto por representantes de todos os Estados-membros) emitiu hoje um parecer positivo sobre o programa de desenvolvimento rural relativo à rede rural nacional portuguesa durante o período 2007-2013. Fica assim concluído o processo

de aprovação dos 94 programas regionais e nacionais de desenvolvimento rural que conformam a política de desenvolvimento rural da UE. Já haviam sido aprovados programas específicos de desenvolvimento rural para cada uma das regiões portuguesas. Estes programas são defini-

dos para garantir infra-estruturas, criar novas oportunidades de rendimento para as regiões rurais, promover o crescimento e combater o desemprego. O programa deverá ser formalmente adoptado nas próximas semanas.

PLANO DE RELANÇAMENTO A FAVOR DO CRESCIMENTO E EMPREGO, COM VISTA A ESTIMULAR A PROCURA E A RESTABELECER A CONFIANÇA NA ECONOMIA EUROPEIA

A Comissão Europeia apresentou um plano global destinado a impulsionar o relançamento da economia europeia, de modo a superar a crise actual. O Plano de Relançamento baseia-se em dois elementos principais que se reforçam mutuamente. Em primeiro lugar, medidas de curto prazo para estimular a procura, preservar postos de trabalho e contribuir para restabelecer a confiança. Em segundo, a realização de "investimentos inteligentes" para favorecer a aceleração do crescimento e uma prosperidade sustentável a longo prazo. O plano prevê medidas de estímulo orçamental oportunas, centradas em objectivos específicos e de carácter temporário de

cerca de 200 mil milhões de euros, correspondentes a 1,5% do PIB da UE, que serão disponibilizados através dos orçamentos nacionais (cerca de 170 mil milhões de euros, correspondentes a 1,2% do PIB) e dos orçamentos da UE e do Banco Europeu de Investimento (cerca de 30 mil milhões de euros, correspondentes a 0,3% do PIB). Cada Estado-membro é convidado a tomar medidas com um volume significativo que sejam favoráveis para os seus próprios cidadãos e para o resto da Europa. O Plano de Relançamento irá reforçar e acelerar reformas já em curso no âmbito da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego e inclui acções importantes a nível nacio-

nal e da UE, destinadas a ajudar as famílias e as empresas e a concentrar o apoio nas camadas mais vulneráveis. O plano apresenta medidas concretas para promover o espírito empresarial, a investigação e a inovação, nomeadamente nos sectores automóvel e da construção civil. O Plano de Relançamento tem como objectivo intensificar os esforços no sentido de combater as alterações climáticas, criando ao mesmo tempo os postos de trabalho tão necessários, através, por exemplo, do investimento estratégico em edifícios e tecnologias eficazes do ponto de vista energético.



UM ESTÍMULO ORÇAMENTAL CORRESPONDENTE A 1,5% DO PIB

O Plano de Relançamento mobilizará todos os instrumentos disponíveis. Prevê medidas de estímulo orçamental de cerca de 200 mil milhões de euros, correspondentes a 1,5% do PIB, dos quais cerca de 170 mil milhões de euros (1,2% do PIB) a nível dos Estados-membros, disponibilizados pelos seus orçamentos, e cerca de 30 mil milhões de euros (0,3% do PIB), a nível da UE disponibilizados pelo orçamento comunitário e pelo Banco Europeu de Investimento. O estímulo orçamental manter-se-á no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, utilizando na ínte-

gra a margem de flexibilidade proporcionada pelo Pacto. Os Estados-membros que lançarem conjuntos de medidas de estímulo beneficiarão de duas maneiras: estimularão a procura nas suas próprias economias e estimularão a procura noutros Estados-membros, dando assim um impulso importante à suas empresas exportadoras. A acção coordenada gerará efeitos multiplicadores e evitará os problemas eventualmente decorrentes de uma abordagem fragmentada.

Como parte da contribuição da UE para este estímulo, o plano

propõe a aceleração dos pagamentos ao abrigo dos fundos estruturais e sociais num valor que pode atingir 6,3 mil milhões de euros. A fim de melhorar a interconexão das redes de energia e as infra-estruturas de banda-larga, a Comissão mobilizará um montante adicional de 5 mil milhões de euros no período 2009-2010.

O Banco Europeu de Investimento irá aumentar as suas intervenções na UE em cerca de 15 mil milhões de euros em 2009 e num montante equivalente em 2010.



A prioridade das prioridades consiste em proteger os cidadãos da Europa dos piores efeitos da crise financeira. São eles os primeiros a serem atingidos, quer sejam trabalhadores, agregados familiares ou empresários.

A Comissão propõe simplificar os critérios para beneficiar do apoio do Fundo Social Europeu, reprogramar a despesa e acelerar os adiantamentos a partir do início de 2009, de forma a que, os Estados-membros tenham acesso mais cedo a um montante até 1,8 mil milhões de euros, destinado a reforçar políticas activas do mercado de trabalho, reorientar o apoio para as camadas mais vulneráveis, intensificar a adop-

ção de medidas destinadas a aumentar as competências e, se necessário optar por um financiamento comunitário integral de projectos, durante esse período.

Será igualmente acelerada a concessão de um montante até 4,5 mil milhões de euros de financiamento de coesão, juntamente com outras medidas, destinado a acelerar a execução de projectos de investimento importantes, o que também irá contribuir para proteger e criar postos de trabalho.

O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEAG) será revisito no sentido de uma agilização e de um alargamento de âmbito, de modo de preservar postos de tra-

balho, bem como ajudar as pessoas e encontrarem novo emprego. O orçamento do FEAG também será revisto.

Por forma a criar maior procura em termos de trabalho, o plano convida os Estados-membros a ponderarem a possibilidade de reduzirem os encargos sociais dos empregadores com rendimentos mais baixos e convida o Conselho a adoptar, antes do Conselho Europeu da Primavera de 2009, a proposta da directiva que visa tornar permanente a aplicação de taxas reduzidas do IVA aos serviços com grande intensidade do factor de trabalho.

(CONT.) INVESTIMENTOS INTELIGENTES

O Plano de Relançamento inclui propostas pormenorizadas para parcerias entre o sector público - graças a financiamentos da Comunidade, do BEI e nacionais - e o sector privado, a fim de promover o desenvolvimento de tecnologias limpas através do apoio à inovação: nomeadamente, uma iniciativa europeia a favor dos automóveis respeitadores do ambiente, com um financiamento conjunto de, pelo menos, 5 mil milhões de euros, uma iniciativa europeia a favor dos edifícios eficientes do ponto de vista energético, no valor de 1 000 milhões de euros, e uma iniciativa a favor da "fábrica do futuro", no valor estimado de 1,2 mil milhões de euros.

Ao longo de todo o Plano de Relançamento são privilegiados os "investimentos inteligentes". O aumento dos investimentos no

domínio da educação e da formação e reconversão profissional ajudará as pessoas a manterem o seu emprego e a reinserirem-se no mercado de trabalho, aumentando, ao mesmo tempo a produtividade. O investimento no domínio das infra-estruturas e da eficiência energética visa preservar postos de trabalho no sector da construção civil, poupar energia e melhorar a eficiência. O investimento no domínio dos automóveis pouco poluentes contribui para a protecção do planeta e conferirá às empresas europeias uma vantagem num mercado altamente concorrencial.

O Plano de Relançamento basear-se-á na Lei das pequenas empresas, de modo a oferecer auxílio suplementar a todas as PME, isentando nomeadamente as microempresas da obrigação de elaborar contas anuais, facilitando

o acesso aos concursos públicos e garantindo que as administrações públicas pagam as suas facturas no prazo de um mês.

O Plano inclui igualmente outras iniciativas que visam a aplicação das regras em matéria de auxílios estatais de acordo com modalidades que garantam a máxima flexibilidade para lutar contra a crise, assegurando ao mesmo tempo, a igualdade das condições de concorrência. As novas etapas incluem um pacote de simplificação que visa acelerar o processo de decisão, um aumento temporário até um montante de 2,5 milhões de euros do limite de admissibilidade automática aplicável ao capital de risco e, também temporariamente, uma margem de manobra mais ampla para os Estados-membros em termos de garantia dos empréstimos às empresas.



UMA ABORDAGEM EQUILIBRADA E DIFERENCIADA

O estímulo orçamental proposta visa garantir a participação de todos os Estados-membros, embora evitando uma abordagem uniforme, que estaria votada ao insucesso, tendo em conta as diferentes situações em que se encontram os Estados-membros. Os responsáveis que utilizaram os períodos de conjuntura favorável para atingir a estabilidade das finanças públicas dispõem agora de uma margem de manobra mais ampla.

O nível de estímulo orçamental é equilibrado. Por um lado, é suficiente para ser eficaz, em termos de limitação do desemprego e do apoio a milhões de PME durante a crise. Por outro, evita a acumulação de níveis duradouros de dívida, susceptíveis de comprometer a base económica da Europa ao longo prazo e de conduzir a um desemprego maciço no futuro.

Prevê-se que o Plano de Relançamento seja circunscrito a um período limitado, no termo do qual os Estados-membros deverão pôr fim à deterioração da sua situação orçamental. A estes será pedido que indiquem a forma como pretendem atingir este objectivo e garantir uma estabilidade a longo prazo nos programas actualizados de estabilidade ou de convergência a apresentar até finais de 2008.

REFORMAS ESTRUTURAIS

A fim de acelerar e reforçar a recuperação, assim como de contribuir para evitar crises futuras, o Plano de Relançamento da Comissão prevê igualmente reformas estruturais ambiciosas adaptadas às necessidades de cada um dos Estados-membros. Algumas destas reformas complementarão o estímulo orçamental em termos de impulso da procura, apoiando, por exemplo, o poder de compra dos consumidores através de uma melhoria do funcionamento dos mercados. As reformas estruturais adequadas, em sinergia com a realização de investimentos inteligentes, ajudarão os Estados-membros, graças aos progressos já alcança-

dos no âmbito da Estratégia de Lisboa, a melhorarem a competitividade subjacente e a conquistarem uma posição sólida para poderem reembolsar os empréstimos contraídos e construir uma plataforma para um crescimento sustentável.

O plano reforça os instrumentos destinados a garantir que os Estados-membros cumpram os compromissos assumidos no quadro da Estratégia de Lisboa para o crescimento e emprego. A análise da situação por país, publicada pela Comissão em 16 de Dezembro no quadro do seu pacote anual associado à estratégia de Lisboa, terá em vista a

avaliação da situação em cada Estado-membro e nele serão apresentadas propostas adicionais de recomendações específicas para cada país, que a Comissão convidará o Conselho da Primavera a aprovar. Este facto significará que os líderes da UE concordam colectivamente com as medidas que cada Estado-membro deve tomar a nível individual para pôr em execução o Plano de Relançamento, assegurando ao mesmo tempo, a viabilidade financeira a médio prazo, nomeadamente através da aceleração das reformas previstas na Estratégia de Lisboa para estimular a competitividade.

EXECUÇÃO DO PLANO

A Comissão irá convidar os Chefes de Estado e de Governo, reunidos no Conselho Europeu de 11 e 12 de Dezembro a aprovarem o Plano de Relançamento e a mostrar a sua determinação em coor-

denar estreitamente os seus esforços. A Europa poderá assim desempenhar um papel de liderança a nível mundial na adopção de medidas decisivas para apoiar a economia real, da mes-

ma forma que a sua liderança em relação aos mercados financeiros conduziu a um acordo na Cimeira G20, realizada em 15 de Novembro em Washington

ENVELHECER ACTIVO

Um número cada vez maior de europeus decide continuar a trabalhar, invertendo assim a tendência que se vinha a verificar para a reforma antecipada, situação que poderá vir a atenuar o problema do envelhecimento da população na Europa.



Um novo relatório mostra que as taxas de emprego subiram acentuadamente desde 2000 em quase todos os grupos etários. É especialmente o caso da geração “baby boom”, nascida durante a explosão de natalidade que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Uma das estratégias fundamentais da UE para resolver o problema do envelhecimento da população é ajudar as pessoas mais velhas a permanecer na vida activa. Os trabalhadores mais velhos enfrentam numerosos obstáculos, nomeadamente a impossibilidade de aceitar emprego remunerado depois da aposentação ou restrições ao exercício de determinadas actividades devido a preocupações

das companhias de seguros. Estes foram alguns dos temas debatidos na passada semana no Segundo Fórum Europeu sobre Demografia.

Com ao aumento da esperança de vida e a diminuição da natalidade na Europa, a idade média está a subir. Este envelhecimento da população tem implicações importantes na economia e na sociedade em geral. E com a chegada à idade da reforma da geração “baby Boom”, a questão está a tornar-se bastante urgente.

Nascidos entre 1946 e 1964, os “Baby Boomers” têm desde há muito constituído o núcleo da forma de trabalho. À medida que envelhecem, precisam cada vez mais de cuidados de saúde, pensões, alojamento e outro tipo de assistência, mas há cada vez menos pessoas em idade de trabalhar para os apoiar.

A população em idade activa está a crescer, mas a uma taxa que

diminui rapidamente. Dentro de seis anos, esses crescimento deve parar e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 29 e os 59 anos começará a diminuir a um ritmo acelerado (1,5 milhões por ano).

Os especialistas concordam que é essencial manter a geração “baby boom” activa e empregada, mas que pensam os interessados? Algumas sondagens revelam que um em cada dois europeus quer trabalhar para além da idade legal de reforma.

Este facto representa uma mudança importante em relação aos anos 90, época em que a reforma antecipada se tornou muito popular. Em muitos países da UE, as pessoas podem deixar de trabalhar a partir dos 50 anos, desde que aceitem uma redução da pensão de reforma.

Actualmente, esta tendência inverteu-se. O relatório mostra que, em 2007, 50% dos homens e 30% das mulheres ainda estão empregados aos 60 anos, uma percentagem 1% superior à de 2000.

Desenvolvimento em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=500&langId=pt&newsId=419&furtherNews=yes>

UE E AGRICULTURA

NOVAS REGRAS DA UE DÃO MAIOR LIBERDADE AOS AGRICULTORES PARA SATISFAZEREM A PROCURA

Pela primeira vez desde há muitos anos, os ministros da agricultura europeus estudaram formas de aumentar a produção alimentar e não de a reduzir para adaptar a política agrícola à situação actual.

Trata-se de um corte importante em relação aos tempos dos “lagos de vinho” e das “montanhas de manteiga”, quando o excesso de produção crónico fez reduzir os preços e deixou muitos agricultores dependentes de subvenções europeias.

Hoje em dia, os preços dispararam e os agro cultores de todo o mundo têm dificuldade em satisfazer o aumento da procura. As regras da UE devem ajudar os agricultores europeus a fazer face ao aumento das exportações.

Os ministros da agricultura da UE deverão ter em conta várias propostas de alteração, nomeadamente a redução das ajudas agrícolas, a eliminação de legislação relativa à manutenção de terras

em pousio e a supressão gradual das quotas leiteiras. Tal como em reformas anteriores, as medias destinam-se a dar maior liberdade de acção aos agricultores para poderem responder ao aumento da procura e fazer face a novos desafios como as alterações climáticas, a gestão dos recursos hídricos, a manutenção da biodiversidade e a explosão dos biocombustíveis.

A Política Agrícola Comum (PAC) europeia sofreu várias reformas importantes nos últimos vinte anos. O último abanão foi em 2003, quando a UE aboliu as ajudas agrícolas ligadas à produção, que incentivava os produtores a produzirem mais do que aquilo que podiam vender. O novo regime continuava a apoiar os rendimentos dos agricultores, mas permitia-lhes maior liberdade para produzirem o que o mercado queria. Em contrapartida, os agricultores devem respeitar as normas ambientais em matéria de bem-estar dos animais e de quali-

dade dos alimentos.

A Comissão quer redireccionar o dinheiro poupado para o desenvolvimento rural, o que irá beneficiar os doze novos países membros, que tiveram que modernizar aceleradamente os seus sectores agrícolas desde que aderiram à UE.

A PAC surgiu para assegurar um nível de vida razoável aos agricultores, fornecer alimentos suficientes a preços justos e preservar o património rural da Europa. A PAC representa 40% do orçamento anual da UE (55 milhões de euros). O sector agrícola da UE emprega 5% da população activa.



O mundo assistiu a uma subida rápida e acentuada dos preços dos produtos alimentares este ano, o que deu origem a protestos em muitos países. E a verdade é que, com a procura a aumentar em mercados em expansão como a China e a Índia, prevê-se que os preços continuem bastante elevados nos tempos mais próximos.

Desenvolvimento em: http://ec.europa.eu/news/agriculture/081119_1_pt.htm

ALARGAMENTO DA UE: PONTO DE SITUAÇÃO

Um relatório sobre os países que pediram adesão à UE considera que as negociações de adesão com a Croácia poderão ficar concluídas até finais de 2009. Se assim for, esta antiga república jugoslava, com 4,4 milhões de habitantes, poderá juntar-se aos 27 Estados-membros da UE em 2011.

Mas os outros sete países que apresentaram um pedido de adesão têm ainda um longo caminho a percorrer. Embora todos estejam a evoluir no sentido de se tornarem economias de mercado, devem ainda fazer esforços para garantir o Estado de Direito. Em quase todos eles, Croácia incluída, a corrupção e o crime organizado continuam a constituir problemas importantes.

Para poderem entrar na UE, os países devem satisfazer um longo lista de critérios políticos, jurídicos e económicos. A Comissão, que dirige o processo, publica actualizações anuais sobre os progressos realizados por cada país..

Neste momento, só a Croácia, a Turquia e a antiga República Jugoslava da Macedónia foram

oficialmente aceites como países candidatos à União Europeia. Os cinco outros países dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Kosovo) são considerados candidatos potenciais.

Apenas dois, a Croácia e a Turquia, deram já início às negociações de adesão. Segundo o referido relatório, outro candidato oficial, a antiga República Jugoslava da Macedónia, ainda não pode dar início às negociações por não ter concluído as reformas políticas necessárias, nomeadamente no que se refere à garantia de eleições livres e justas. O relatório critica as eleições parlamentares de 2007, considerando que existiram falhas importantes. São igualmente necessários mais esforços para lutar contra a corrupção, modernizar a função pública e promover o emprego.

A Comissão elogia os esforços feitos pela Turquia para ajudar a estabilizar a região do Cáucaso durante o conflito entre a Geórgia e a Rússia no Verão passado, mas considera que este país tem de acelerar os processos de reforma. As negociações com a Turquia

tiveram início em 2005, em simultâneo com as da Croácia.

Por sua vez, a Sérvia poderá tornar-se candidata oficial em 2009, embora tal dependa da sua evolução em áreas fundamentais relacionadas com o Estado de Direito e as mudanças económicas, bem como com a sua cooperação com o Tribunal Penal Internacional.

A Albânia, o Montenegro e a Bósnia e Herzegovina também registaram progressos, mas tal como no resto da região, a corrupção e o crime organizado continuam a constituir problemas graves. A Albânia necessita de garantir que as eleições parlamentares do próximo ano decorram sem incidentes. O Montenegro tem de avançar como reforma do seu sistema judicial.

Na Bósnia e Herzegovina, as tensões políticas estão a atrasar as reformas e a comprometer os resultados atingidos até à data. O Kosovo, uma antiga província sérvia, declarou a independência em Fevereiro deste ano, encontrando-se numa fase inicial do processo de integração europeia. No próximo ano, a Comissão apresentará um estudo para ajudar este país a evoluir na via da adesão.

Desenvolvimento em: http://ec.europa.eu/news/external_relations/o81105_1_pt.htm

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Veja as oportunidades de financiamento em todas as áreas:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

Saiba em que projectos podem ser parceiro:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>